

As Forças Armadas e a soberania nacional*

Rodrigo Rollemberg**

A paz — ensinaram os antigos povos — não pode ser garantida apenas pela coragem e vontade. Os modernos Estados continuam sujeitos aos perigos da guerra. Até o presente, só viram o fim das guerras aqueles que morreram.”

Essa frase de Ortega y Gasset expressa a importância das Forças Armadas que apresentam destinação traçada pelo Legislador Constituinte, nos termos do Artigo nº 142, da Constituição Federal.

As Forças Armadas destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Como instituições nacionais permanentes e regulares, às Forças Armadas — não obstante estejam submetidas ao princípio da subordinação já mencionado — não se pode impor destinação diversa daquela explicitada pela Lei Maior.

O princípio em comento funciona como garantia de que as Forças Armadas não serão empregadas para fins circunstanciais, político-partidários ou pelas paixões de um dado momento histórico-político.

O Brasil é um País guiado por um sentimento de paz. Não abriga ambições territoriais, não possui litígios em suas fronteiras e, tampouco, inimigos declarados. Toda a ação empreendida pelo Brasil, nas esferas diplomática e militar, busca sistematicamente a manutenção da paz.

No entanto, existem interesses a defender, responsabilidades a assumir e um papel a desempenhar no tocante à Segurança e Defesa, em âmbito hemisférico e mundial, em face de sua estatura político-estratégica no concerto das nações.

O papel das Forças Armadas deve ser coerente com os anseios e fins do Estado e da própria sociedade em geral. Daí a idéia consagrada de que as Forças Armadas constituem um prolongamento da sociedade a que pertencem, razão pela qual são instituições nacionais e permanentes.

No caso de descompasso entre as Forças Armadas e a sociedade, resultam choques, rupturas e conflitos, com sérios prejuízos para a estabilidade, a liberdade e a paz social.

As Forças Armadas devem se orgulhar de ser a expressão da sociedade brasileira, composta por diferentes origens étnicas, diferentes posições sociais, crenças e religiões.

Portanto, o poder das Forças Armadas há de ser compatível com a estatura da sociedade e do Estado, não devendo, jamais, ultrapassá-los.

Para se tratar do papel que cabe às Forças Armadas desempenhar na sociedade, precisa-se saber como estão institucionalizadas. Isso implica conhecer suas legítimas missões dentro da esfera de ação definida por lei, em outras palavras, sua destinação constitucional, atribuições legais e suas finalidades.

* Transcrito de www.inforel.org em 23/07/2008.

** Rodrigo Rollemberg é Deputado Federal pelo Distrito Federal.

Vale salientar que, a despeito do Mundo sentir-se menos perigoso com o término da Guerra Fria, no contexto da pretendida “Nova Ordem Internacional”, as Forças Armadas se fazem, mais do que nunca, indispensáveis por se constituírem em instituições nacionais permanentes, cuja destinação emanada dos textos constitucionais, com ligeiras diferenças, continuam sendo universais e não podem ser delegadas a milícias, a outros Estados ou a organismos internacionais.

Do contrário, os princípios basilares de soberania e de autodeterminação, fundamentos do Direito Internacional e da Declaração dos Direitos e Deveres do Homem e da Carta da ONU, ficariam definitivamente comprometidos.

Rui Barbosa sentencia que “antagonismo habitual entre a força e a liberdade não nos deixa, ordinariamente, ver que a liberdade também necessita de força e a força de liberdade”.

As Forças Armadas e o povo brasileiro têm o mesmo objetivo: conduzir o Brasil na busca da prosperidade e justiça.

Além de seu papel constitucional, o seu desenvolvimento precisa estar aliado ao desenvolvimento tecnológico e econômico do País. Daí ser preciso inserir a questão da defesa na agenda nacional.

Precisamos de militares equipados, treinados e motivados profissionalmente.

Após essas breves considerações estruturais, gostaria de pontuar este discurso com algumas questões que, reputo, são fundamentais para o correto dimensionamento da importância estratégica das Forças Armadas brasileiras sob o ponto de vista interno e externo.

Conforme estabelecido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, ratificada por quase 100 países, inclusive o Brasil, todos os bens econômicos existentes no seio da massa

líquida, sobre o leito do mar e no subsolo marinho, ao longo de uma faixa litorânea de 200 milhas marítimas de largura, na chamada Zona Econômica Exclusiva (ZEE), constituem propriedade exclusiva do país costeiro.

Em alguns casos, a Plataforma Continental (PC) – prolongamento natural da massa terrestre de um Estado costeiro – ultrapassa essa distância, podendo estender a propriedade econômica do Estado a até 350 milhas marítimas.

Essas áreas somadas – ZEE mais a PC – caracterizam a imensa Amazônia Azul, medindo quase 4,5 milhões de km², o que acrescenta ao País uma área equivalente a mais de 50% de sua extensão territorial.

No Brasil, apesar de 80% da população viver a menos de 200km do litoral, pouco se sabe sobre os direitos que o País tem sobre o mar que lhe circunda e seu significado estratégico e econômico, fato que, de alguma forma, parece estar na raiz da escassez de políticas voltadas para o aproveitamento e proteção dos recursos e benefícios dali advindos.

Citemos, de início, o transporte marítimo. Apesar de ser lugar comum afirmar que mais de 95% do nosso comércio exterior é transportado por via marítima, poucos se dão conta da magnitude que o dado encerra.

O comércio exterior, soma das importações e das exportações, totalizou no ano passado um montante da ordem de US\$ 120 bilhões.

Ademais, não é só o valor financeiro que conta, pois, em tempos de globalização, nossos próprios produtos empregam insumos importados, de tal sorte que interferências com nosso livre trânsito sobre os mares podem levar-nos rapidamente ao colapso.

A conclusão lógica é que somos, de tal maneira, dependentes do tráfego marítimo o qual

se constitui em uma de nossas grandes vulnerabilidades.

Como agravante, o País gasta com fretes marítimos anualmente cerca de US\$ 7 bilhões, e apenas 3% desse total são transportados por navios de bandeira brasileira.

O petróleo é outra grande riqueza da nossa Amazônia Azul. Já auto-suficiente, o Brasil prospecta no mar mais de 80% do seu petróleo, o que, em números, significa algo na ordem de dois milhões de barris por dia. Com as cotações vigentes, é dali extraído por ano um valor aproximado de US\$ 27 bilhões.

Novamente, não é só o valor financeiro que conta. Privados desse petróleo, a decorrente crise energética e de insumos paralisaria, em pouco tempo, o País.

Não é por outro motivo que o Programa de Aceleração do Crescimento busca priorizar exatamente as obras de infra-estrutura, inclusive a portuária.

Além do tráfego marítimo e do petróleo, que, de per si, bastariam para mensurar o significado da nossa dependência em relação ao mar, poderíamos mencionar outras potencialidades econômicas, como exemplo, a pesca.

Em que pese a vastidão da área a explorar, a pesca permanece praticamente artesanal, enfrentando dificuldades de toda ordem que elevam os custos e limitam a produção, quando poderia ser uma valiosa fonte para a geração de empregos e também um poderoso aliado para o programa Fome Zero.

Na Amazônia Verde, as fronteiras que o Brasil faz com seus vizinhos são fisicamente demarcáveis e estão sendo paulatinamente ocupadas com pelotões de fronteira e obras de infra-estrutura.

Na Amazônia Azul, entretanto, os limites das nossas águas jurisdicionais são linhas sobre

o mar. Elas não existem fisicamente. O que as define é a existência de navios patrulhando-as ou realizando ações de presença.

Para tal, a Marinha tem de ter meios, recursos, e há de se ter em mente que, como dizia Rui Barbosa, esquadras não se improvisam.

Para que, em futuro próximo, possa-se dispor de uma estrutura capaz de fazer valer nossos direitos no mar, é preciso que sejam delineadas e implementadas políticas para a exploração racional e sustentada das riquezas da nossa Amazônia Azul, bem como sejam alocados os meios necessários para a vigilância e a proteção dos interesses do Brasil no mar.

O patrulhamento da costa brasileira traz à baila outro tema: o Programa Nuclear da Marinha.

Ele vem sendo executado desde 1979, com enorme sacrifício, visando capacitar o País a dominar o ciclo do combustível nuclear e a desenvolver e construir uma planta nuclear de geração de energia elétrica, incluindo-se a confecção do reator nuclear.

A primeira parte do propósito, domínio do ciclo do combustível, já foi atingida, restando ainda o esforço de conclusão da segunda parte — a planta nuclear.

Desenvolvidos e concluídos esses dois projetos e logrado êxito na operação dessa planta nuclear, estarão criadas as condições para que, no futuro, havendo decisão de Governo para tal, seja dado início à elaboração do projeto e a posterior construção de um submarino com propulsão nuclear, que deverá ser antecedido pelo projeto, construção e avaliação de um submarino convencional nacional.

Esse foi o caminho percorrido por todos os países que possuem submarinos nucleares nas suas marinhas.

Desde que haja investimentos anuais de cerca de R\$ 130 milhões, durante os próximos oito anos, o reator poderá ser testado.

Se não houver investimento algum, a consequência será a manutenção do Programa Nuclear da Marinha em estado vegetativo ou até mesmo a sua paralisação.

O Presidente da República, em visita ao Centro Experimental de Aramar, em julho do ano passado, motivado pela dimensão do Programa, pelo arrasto tecnológico que ele proporciona ao País e pela importância estratégica para a Marinha e para o Brasil, anunciou que os recursos necessários para a conclusão do Programa Nuclear da Marinha serão liberados — R\$ 1 bilhão —, distribuídos durante oito anos.

Após essas breves considerações sobre a Amazônia Azul, gostaria de tecer alguns comentários sobre a importância, também estratégica, da nossa Amazônia Verde.

Na Bacia Amazônica, que cobre uma área de aproximadamente sete milhões de quilômetros quadrados (3,9 milhões de quilômetros quadrados), circulam cerca de 20% das águas fluviais do Mundo.

A Amazônia é um território que apresenta muitos interesses e desafios para pesquisas, geradas pela necessidade de preservação e desenvolvimento científico e social das várias regiões da floresta, das populações e das riquezas naturais.

Esse potencial leva à existência de órgãos e instituições interessados em desenvolver programas de pesquisa e auxílio às questões sociais e científicas da Amazônia.

Os programas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), do Museu Paraense Emílio Goeldi, do Exército, Marinha e Aeronáutica, na Amazônia, trabalham para esse desenvolvimento.

As suas pesquisas estão, em sua maioria, relacionadas à biodiversidade, à preservação do meio ambiente, à educação e à saúde da população.

Gostaria também de registrar a importância estratégica do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), no que se refere à produção de ciência e tecnologia nas áreas espacial e do ambiente terrestre e a oferta de produtos e serviços singulares em benefício do Brasil.

O Inpe é referência nacional e internacional nas áreas espacial e do ambiente terrestre pela geração de conhecimento e pelo atendimento e antecipação das demandas de desenvolvimento e de qualidade de vida da sociedade brasileira.

Destaque para sua atuação na área de sensoriamento remoto mediante satélites com competências em previsão de tempo e clima e em mudanças ambientais e climáticas regionais, nacionais e globais — tudo isso em tempo real.

Em julho de 2002, ao ser entregue ao Governo Federal com 75% dos seus ativos operando, o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) presenteava a Aeronáutica com o controle total do espaço aéreo nacional.

Vale registrar que existem no Brasil quatro grandes centros de controle ou Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (Cindacta), que interagem para vigiar e controlar a circulação aérea geral.

Toda essa divisão do espaço aéreo e as respectivas atribuições de responsabilidade são feitas e divulgadas pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), órgão da Força Aérea Brasileira (FAB).

Em face da rápida evolução tecnológica na indústria aeronáutica e de componentes eletroeletrônicos, torna-se necessário o constante

aporte de recursos financeiros para o não-sucateamento e obsolescência do sistema de controle do tráfego aéreo brasileiro.

Esta, no meu entendimento, é uma questão crucial para vigilância das fronteiras nacionais via monitoramento do espaço aéreo.

Aproveito para ressaltar, como sendo uma questão estratégica para o Estado Brasileiro, a garantia da conclusão da Base de Alcântara, bem como a garantia do aporte de recursos orçamentários que permitam o bom andamento do programa espacial brasileiro.

Destaco a criação da Alcântara Cyclone Space, binacional Brasil/Ucrânia, responsável conjuntamente com o Ministério da Ciência e Tecnologia pela posição de destaque que o nosso País ocupa no Hemisfério Sul no campo da pesquisa espacial.

Vale ressaltar a assinatura de tratados de cooperação espacial com outros países, com destaque para a Ucrânia, a Alemanha e a China, com quem desenvolvemos as diversas gerações do CBERS, um dos satélites mais avançados do Mundo.

Em política e tecnologia ninguém espera por ninguém. Temos aí uma ameaça, porque precisamos de todo o controle do nosso espaço aéreo, da aviação civil e militar e das comunicações.

A escolha será entre construirmos e lançarmos nossos satélites ou ficarmos comprando imagens dos Estados Unidos, da China, da França ou da Rússia.

O conhecimento de tecnologia espacial, o desenvolvimento de satélites e o domínio do *know-how* para lançamento de artefatos espaciais é uma questão estratégica para o Brasil.

Tive a honra de ser escolhido Relator setorial da Lei Orçamentária Anual de 2009 na área de Justiça e Defesa. Tenho procurado es-

tudar e refletir sobre a importância estratégica das Forças Armadas. Aqui pude discorrer um pouco sobre programas estratégicos da Marinha e da Aeronáutica.

Infelizmente, o tempo não me permitiu abordar questões estratégicas e fundamentais para o País relativas ao Exército.

O fato é que, ao longo dos anos, nós tivemos um distanciamento das Forças Armadas brasileiras da classe política. Precisamos ampliar essa interação, compreendendo a importância estratégica das Forças Armadas no desenvolvimento de novas tecnologias, no planejamento estratégico do País e no papel fundamental que desempenham para garantir a defesa e o desenvolvimento nacional.

Espero poder, nesta Relatoria setorial, contribuir, garantindo recursos significativos para que as Forças Armadas possam desempenhar suas funções constitucionais.

Quero aqui defender a posição de que está na hora de termos, no nosso País, um orçamento impositivo, não uma mera peça de ficção.

O Congresso Nacional deve ser respeitado na sua decisão e, ao alocar os recursos para questões estratégicas, como as Forças Armadas, esses recursos não devem ser contingenciados, mas utilizados estrategicamente para onde foram destinados.

No caso especial, refiro-me às Forças Armadas brasileiras.

Ficam aqui essas reflexões, tendo a convicção de que este Congresso Nacional, que não tem faltado às suas responsabilidades, saberá compreender a importância estratégica das Forças Armadas como instrumento do Estado brasileiro de defesa nacional.

Elas que têm uma contribuição enorme a dar ao desenvolvimento sustentável do nosso País. ☺